

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de março de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial, com o objetivo de debater o tema da Campanha da Fraternidade 2014: Tráfico Humano e Fraternidade, que tem como lema “É para a liberdade que Cristo nos libertou”, proposta pelo meu querido amigo Yulo Oiticica.

Convido para compor a Mesa o Sr. Proponente desta sessão, vice-presidente desta Casa, deputado Yulo Oiticica; o Revmº Sr. Dom Murilo Krieger, arcebispo primaz do Brasil; a Srª Deputada Luiza Maia, presidente da Comissão de Tráfico de Pessoas da Assembleia Legislativa da Bahia, Revmº Sr. Pe. Danilo dos Santos, representando o magnífico reitor da Universidade Católica, Pe. Maurício Ferreira; o Sr. Coronel PM Gilson Santiago, representante do comandante-geral da PM, Coronel Alfredo Castro; o Sr. Luís Roberto Cappio, juiz da comarca de Euclides da Cunha; a Drª Regina Machado, advogada criminalista internacional e especialista em atendimento às vítimas do tráfico; Sr. Eraldo Moura, coordenador do Programa Estadual de Transplantes da Secretaria da Saúde da Bahia, e o Sr. Waldemar Oliveira, coordenador do Cedeca. (Palmas.)

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, terei que me ausentar, mas antes gostaria de agradecer a presença de todos, em especial a Dom Murilo, desejar uma sessão especial nesta Casa do Povo, Casa das Leis, onde será debatido o tema anteriormente citado. Peço desculpas e desejo sucesso a esta sessão.

Vou conceder a palavra ao vice-presidente desta Casa, deputado Yulo, mas, antes, convido a deputada Luiza Maia para presidir até o deputado Yulo Oiticica fazer o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

A Srª PRESIDENTE (Luiza Maia):- Bom-dia a todos e a todas!

Antes de passar a palavra ao deputado Yulo, nosso vice-presidente desta Casa e membro da CPI, eu gostaria de convidar o Dr. Luiz Cappio, bispo de Barra, para fazer parte da Mesa. (Palmas.)

Vamos ouvir agora o pronunciamento do deputado Yulo, que é vice-presidente desta Casa e membro da CPI do tráfico de pessoas aqui da Casa.

O Sr. YULO OITICICA:- Bom-dia a todos e a todas! Sejam todos bem-vindos, é um prazer muito grande, como vice-presidente desta Casa e proponente da sessão, propor mais uma vez a possibilidade de um debate tão importante. Esta é a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, portanto, a Casa que deve legislar em

defesa do povo baiano. E um tema de tamanha envergadura nos remete ao desafio de compreender, de conhecer concretamente a realidade do nosso Estado, mas, não só, enfrentá-lo na perspectiva de acabar com esse crime tão brutal e ainda tão presente que é o tráfico de pessoas. Infelizmente, deveríamos estar aqui comemorando a – entre aspas - “abolição de 1888”, estamos infelizmente ainda tendo que enfrentar, coronel, o tráfico de pessoas, que é uma realidade do planeta. Na verdade, o terceiro mercado do mundo, depois das armas e das drogas, é tráfico de pessoas, seja para fim de trabalho escravo, para fim da exploração sexual ou o tráfico de pessoas.

Portanto, quero agradecer a presença de todos e todas, porque a presença de cada um aqui, sem dúvida, é a declaração de cumplicidade no enfrentamento a esse crime. Quero iniciar saudando a Mesa, na pessoa da deputada Luiza Maia, que preside esta sessão, que é presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa, que criamos exatamente nessa perspectiva, da atuação da Assembleia na investigação, na apuração e consequentemente no resultado da CPI, proposições de enfrentamento a esse crime.

Quero saudar o nosso Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger, que tem sido, como bom representante da CNBB, um profeta que tem desafiado temas tão importantes. Certamente poderíamos falar de muitos deles, entre eles a morte da juventude negra, que tem sido um grito presente na Bahia e no Brasil pela Pastoral da Juventude e que tem também encontrado em Dom Murilo eco para enfrentamento à violência, mas de modo bem especial, Dom Murilo, neste momento parabenizá-lo, à CNBB, que tem sido uma estância fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira. Nasce a Campanha da Fraternidade ainda na época da ditadura, onde tantos heróis, como dom Paulo Evaristo, dom Hélder Câmara, tiveram a coragem de enfrentar a ausência da liberdade e a truculência, a violência contra tantos brasileiros e brasileiras que ousavam dizer que queriam a democracia, que ousavam ser livres. Portanto, cinquenta anos de campanhas da fraternidade e mais uma vez este ano trazendo um tema tão relevante.

E quem acha, dom Murilo, que essa coragem que estou falando é só retórica, há dez anos, o Senado da República brasileira tentou fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito para enfrentar a questão do tráfico de pessoas e não conseguiu. Portanto, um lobby econômico violento, um enfrentamento brutal fez com que a lógica de que pessoas, de que gente tem que ser mercadoria, portanto, vendida, acabou reinando, e o Senado, naquele momento, não conseguiu fazer a CPI. A CNBB neste momento traz esse tema e, agora, já com uma CPI no Congresso e uma CPI também aqui na Assembleia Legislativa. Portanto, parabéns ao senhor de um modo bem especial e também a toda nossa CNBB. (Palmas.)

Quero saudar também o bispo de Barra – vocês não o conhecem, muitos de vocês certamente não conhecem dom Luiz Cappio e muitos de vocês também já devem ter ouvido falar dele, mas há uma lenda nas comunidades ribeirinhas do Velho Chico que diz que dom Luiz Cappio anda sobre as águas do Velho Chico. (Risos). Porque ele tem uma capacidade de andar, e andar tanto, estar presente em todo canto, que essa lenda existe lá. Dom Luiz tem sido um guerreiro em defesa da vida, um militante dos direitos humanos. Eu quero ser também aqui ser testemunha, dom Luiz, eu que caminho com o senhor em tantas comunidades ribeirinhas, lá na Diocese de Barra, dizer que dom Luiz recebeu um prêmio que é dado a cada dois anos há uma

liderança no mundo, que é o Prêmio Kant, na Alemanha, e ele o recebeu há pouco tempo, enobrecendo, portanto, a luta da militância da Igreja e, obviamente, da militância brasileira em defesa da vida. (Palmas.)

Não podia ser diferente, não é nenhuma novidade para quem conhece D. Luiz o que ele fez com o dinheiro do prêmio. Porque também tinha uma parte do prêmio em dinheiro, e ele pegou todo esse dinheiro para ajudar a construir o Memorial aos Mártires. Na verdade, foi o grande sujeito dessa construção na Diocese de Barra, exatamente no lugar em que foram assassinados o Zequinha e o Lamarca, entre tantos outros companheiros que lutaram contra a ditadura. Portanto, D. Luiz, essa atitude merece de nós toda a reverência, todo o respeito e toda a admiração. Parabéns, você é um profeta em nome da vida! (Palmas!)

Saúdo também o Reverendíssimo Padre Danilo Pinto dos Santos, que representa nesta sessão o nosso Magnífico Reitor da Universidade Católica, Padre Maurício Ferreira. E quero aproveitar, Danilo, para pedir muitas bênçãos aqui dos nossos bispos e de Deus para a nova Reitoria da UCSal, que tem o desafio gigante de avançar na estrutura da nossa universidade e tem o nosso D. Murilo como aquele que assume a vanguarda, naturalmente por ser o chanceler daquela instituição. Portanto, que Deus dê muita força a essa nova Reitoria para enfrentar os desafios de uma instituição católica em defesa duma educação cada vez comprometida com profissionais na nossa Bahia e também fora dela.

Quero saudar também o coronel da nossa Polícia Militar que representa aqui o nosso Comandante Geral, Coronel Alfredo Castro. Permita-me, coronel e companheiro Gilson Santiago, o nosso. Quero chamar assim esse militar que enobrece a instituição PM. Ontem até estávamos debatendo a questão dos moradores em situação de rua. E também quero chamá-lo de companheiro Gilson, porque como coronel não faz com que as suas gemas douradas o mantenham preso no quartel. Muito pelo contrário. Mesmo com o peso dessas gemas douradas no ombro, é um militante dos direitos humanos que muito tem contribuído para que façamos com que a Polícia Militar sirva cada vez mais, inclusive além do que é o seu dever constitucional: garantir a integridade moral e física de todo cidadão e toda cidadã.

Quero saudar também o meu amigo juiz da Comarca de Euclides da Cunha, Dr. Luís Roberto Cappio. E quero dizer que não podia ser diferente por conta da árvore genealógica dele. Esse magistrado tem sido extremamente importante porque faz parte - permita-me, Dr. Luís - dum segmento do Poder Judiciário brasileiro que tem conseguido perceber que só as letras frias das nossas leis não são suficientes para enfrentar a realidade.

Portanto, ele foi fundamental para enfrentar o caso de Monte Santo, onde cinco filhos foram retirados duma só família, e o grande crime que ela cometeu era ser de pobres e negros. E a atitude do Dr. Luís como magistrado, naturalmente seguindo, perseguindo e cumprindo a lei, fez a justiça acontecer. Enfim, tivemos realizado um sonho daquela família. Foi antes do Natal do ano passado, quando ela teve os seus filhos de volta como presentes de Deus, mas também da Justiça empunhada pelas mãos deste juiz.

Então, muito obrigado. E muito nos honra a sua presença. (Palmas!)

Quero saudar a advogada criminalista internacional especialista em atendimento às vítimas do tráfico de seres humanos, Dr^a Regina Machado. Não podia

ser diferente também, Doutora! Tenho de fazer um elogio destacado à sua militância como advogada especialista em Direito Internacional que assume verdadeiramente a sua capacidade técnica a serviço dos que militam para enfrentar uma questão tão grave e tão brutal, que tem por trás gente tão poderosa economicamente! Então, a senhora igualmente merece de nós todo o respeito e toda a admiração.

Muito obrigado por ser cúmplice desta sessão, deste momento e deste enfrentamento.

Saúdo ainda o coordenador do Sistema Estadual de Transplantes da Sesab, Dr. Eraldo Moura. Costumo dizer que há um projeto que aprovamos aqui nesta Casa, do qual tratarei já, já, que o tem como autor. E eu sou o coautor. Ele trata exatamente do transplante.

Portanto, o Dr. Eraldo tem sido um importante militante na desconstrução de uma cultura tão presente nesta questão da doação de órgãos. É preciso construir uma outra cultura, a da solidariedade, na qual nós, diante da tristeza com a morte dos nossos, possamos dar vida a outros. Essa cultura da solidariedade é fundamental e passa, sem dúvida, pelo debate que temos feito nos últimos anos e pelo projeto que aprovamos neste ano. Então parabéns, Dr. Eraldo!

Saúdo também este valoroso “garoto” Waldemar Oliveira, o nosso conhecido Vavá. Ele é garoto porque, apesar dos seus tantos anos, só tem mais de dois nos de militância. Estou brincando com Waldemar, o nosso coordenador do Cedeca que continua mantendo o mesmo vigor de ontem na luta de hoje em defesa das nossas crianças. O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente foi capaz de romper um grande silêncio diante dos assassinatos, da violência contra as crianças. E não só aqui na Bahia, porque o trabalho do Cedeca é reproduzido, conhecido e respeitado em todo o Brasil.

Portanto, parabéns, Waldemar! Que Deus continue te dando muita energia para essa importante luta.

Como católico e a serviço do povo nesta Casa, não posso esconder o quanto me honra a realização desta sessão. Se por um lado é verdade, D. Murilo, que às vezes me envergonha a minha Bancada católica - que coordeno - devido à ausência dela em tantos momentos importantes, por outro, como seu representante, me orgulho em determinados momentos com o apoio de deputados e deputadas que também a integram a que sessões como esta sejam aprovadas e aconteçam.

Da mesma maneira, me honra profundamente nos últimos 16 anos, sempre neste período da Quaresma tão importante para nós católicos, refletir sobre os temas para os quais a Campanha da Fraternidade nos convoca. E sempre na metodologia do ver, julgar e agir, nessa perspectiva, esta Casa tem feito das suas sessões especiais um momento importante para que possamos discutir. Não sei onde estarei no próximo ano. Deus saberá. O que já sei é que não vou estar nesta Assembleia. Mas espero que, com essa cultura que construímos nestes últimos 16 anos, possamos fazer anualmente uma sessão especial com o tema da Campanha da Fraternidade. Porém que depois possamos não só durante a Quaresma, mas o ano todo, refletir este tema na perspectiva de construir uma legislação que garanta direitos e continue acontecendo. E não tenho dúvida de que virão a esta Casa, padre Severino, muitos homens e mulheres comprometidos com a política com P maiúsculo para que continuemos fazendo este debate todos os dias.

(Lê) “Nesta edição da Campanha da Fraternidade somos convidados a debater o tema 'Fraternidade e Tráfico Humano', cujo lema será 'É para a liberdade que Cristo nos libertou', retirado do Livro de Gálatas, Capítulo 5, Versículo 1.

É necessário identificar as causas e modalidades do tráfico humano e os rostos que sofrem com essa exploração. O próprio cartaz sugere a identificação destes crimes nas quatro mãos, que metaforicamente representam o trabalho escravo, o tráfico de órgãos, o tráfico de mulheres e a exploração infantil. Faz-se necessário denunciar as redes e estruturas criminosas causadoras de tráfico humano. E reivindicar políticas públicas, meios para reinserção das vítimas e ações de prevenção e resgate da cidadania das pessoas em situação de tráfico. Estes são os passos fundamentais do velho e eficaz método apresentado durante estes 50 anos de CF: Ver - Julgar - Agir.

Segundo dados da OIT, Organização Internacional do Trabalho, entre o tráfico internacional, o tráfico de pessoas é a terceira modalidade mais rentável deste crime, ficando atrás apenas do tráfico de armas e drogas. A Convenção de Parlemo, documento que se refere aos crimes internacionais, foi assinada inicialmente por 123 países, inclusive o Brasil. Ela define o tráfico como o recrutamento, o transporte, a transferência e o alojamento de pessoas, utilizando-se de ameaça, força, formas de coação e abuso de autoridade em situações de vulnerabilidade para fins de exploração.

Sobre o tráfico de pessoas para remoção de órgãos, trata-se de um mercado cruel que explora o desespero de ambos os lados: doentes que podem pagar por um órgão imprescindível para viver, e pessoas que ponderam entre o órgão sadio que têm, e avaliam que podem dispor sem risco de vida de um de seus órgãos e com isso obter dinheiro com a venda.

O caso mais conhecido apurado no Brasil ocorreu no início dos anos 2000, com o tráfico internacional que ligava o Estado de Pernambuco à África do Sul. As vítimas eram aliciadas, vendiam um rim na área urbana de Recife e eram levadas para Durban, na África do Sul, onde se submetiam à cirurgia para retirada desse órgão.

Em 2004, o Ministério Público Federal denunciou 28 pessoas por aquele crime. A estimativa foi de que o esquema criminoso movimentou em torno de US\$ 4,5 milhões com a comercialização de cerca de 30 órgãos.

É nesse contexto que se torna de extrema importância a conscientização da população acerca do mito que é a doação de órgãos. A falta de informação da população brasileira eleva a fila de espera desses pacientes necessitados por um órgão sadio.

Identificando essa necessidade, no ano de 2011, apresentei nesta Casa Legislativa o projeto de lei que dispõe sobre a criação do Dia Estadual de Conscientização da Importância do Transplante e Incentivo a Doação de Órgãos e Tecidos, que será comemorado no dia 27 de setembro.

Essa lei, de nº 12.928, foi sancionada em 20.12.2013 pelo nosso governador Jaques Wagner, sendo mais uma ferramenta de prevenção e combate à desinformação e conseqüentemente ao tráfico de órgãos. A luta pela garantia dos direitos humanos depende de cada um de nós. Se não formos capazes de nos mobilizar, a realidade não mudará.

Quero aproveitar para parabenizar Dr. Eraldo Salustiano, coordenador estadual de Transplante...”

Que está em nossa Mesa.

“(...) e sua equipe, que realizam um excelente trabalho de divulgação, informação e regulação para a doação de órgãos no estado, não tenho dúvida de que este trabalho salva muitas vidas na nossa Bahia. A doação de órgãos é verdadeiramente um gesto de amor fraterno.”

E que deve ser fruto da consciência libertadora de cada homem, de cada mulher que, como disse, mesmo num momento de dor, é capaz de enxergar a dor do seu semelhante.

“(...). A valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”.

Essa frase do velho economista faz lembrar, infelizmente, essa sociedade.

“(...) Em nossa sociedade, todas as coisas são transformadas em mercadoria, os valores humanos, tais como a dignidade, a privacidade, os direitos da pessoa humana, a liberdade, a fraternidade, a justiça e a fé, também se tornaram mercadorias que são compradas e vendidas todos os dias.

A lógica e os valores associados à mundialização do capital são elementos cruciais para compreender e combater a escravidão moderna, caso contrário, trataremos apenas dos efeitos e não das causas dessa patologia social. A construção de um mundo solidário e justo em que as pessoas valham pelo simples e singelo fato de serem seres humanos não pode nem deve ser desassociada do combate das formas modernas de escravidão, pois tal como o tráfico de drogas e armas, os ganhos econômicos e a interação com os grandes interesses transnacionais são enormes.”

E tão presentes no meio de nós.

“(...) De acordo com estimativas da OIT, a cada ano a indústria de tráfico humano gera 32 bilhões de dólares, metade dos quais (15,5 bilhões de dólares) é feita nos países industrializados, e um terço dos quais (9,7 bilhões de dólares) é feita na Ásia. Desse valor, 85% provêm da exploração sexual.

De acordo com o estudioso Kevin Bales, autor de “Pessoas descartáveis” (2004), estima que mais de 27 milhões de pessoas estão em “escravidão moderna” em todo o mundo. Em 2008, o Departamento de Estado dos EUA estimou que 2 milhões de crianças eram exploradas pela indústria do sexo comercial global.

Segundo a Organização Internacional para Migrações (OIM), 35% das pessoas traficadas atendidas em 2011 pela organização tinham menos de 18 anos de idade. Foi noticiado em 2010 que a Tailândia e o Brasil foram considerados detentores dos piores registros de tráfico sexual de crianças.

Por estes números, fica claro que o tráfico humano é um negócio internacional, com ramificações no sistema financeiro e que faz parte por assim dizer, da economia global. É importante reafirmar esta convicção, pois não podemos tratar a questão do tráfico humano como algo 'marginal', pois assim como o tráfico de armas e drogas o tráfico humano faz parte do sistema econômico...” – e este, infelizmente, diante de nós, é uma ação ilegal, mas que acontece todos os dias.

“O combate ao tráfico humano é uma questão política, ideológica, legal, ética e humana, e a luta deve ser travada em todas estas dimensões. É preciso denunciar o sistema econômico injusto, que expõe milhões de pessoas ao sofrimento em nome da

ganância desmesurada, denunciar o machismo, o sexismo e a desigualdade social e de gênero que incentiva e lucra com a exploração sexual comercial de mulheres e especialmente de crianças. Denunciar a moral social que torna as vítimas da exploração sexual culpadas. Não esquecendo de denunciar os sistemas legais, penais e policiais dos países que não combatem efetivamente o tráfico humano, seja por corrupção, despreparo ou conivência. Enfim, a luta contra a escravidão moderna tem que ser global.

As vítimas do tráfico sexual enfrentam ameaças de violência de várias fontes, incluindo clientes, cafetões, donos de bordéis, madames, traficantes e policiais corruptos. As ações de combate antitráfico sexual na maioria das vezes são realizadas de forma tão equivocada que afetam mais as vítimas do tráfico do que os traficantes.” E todos nós sabemos disso porque vivemos, inclusive, uma realidade de um drama global em que todos nós presenciamos o quanto a vítima é multiplamente vítima quando tem medo do que podem sofrer seus familiares, quando tem medo da vergonha diante da sociedade. Portanto, um crime que deve ser enxergado como brutal, como de fato é.

No geral, as vítimas atravessam o calvário da escravidão apenas para serem enviadas para o martírio do preconceito, da intolerância e da exclusão. Por isso, além do combate ao tráfico, é necessário o cuidado com as vítimas.

A questão do tráfico humano no Brasil tem duas dimensões principais:

1-A questão do trabalho escravo rural

2-A questão do tráfico internacional e escravidão urbana

O trabalho escravo rural no Brasil, ao contrário do que imagina o senso comum, se concentra primordialmente nas áreas de expansão do agronegócio e não nas áreas de latifúndio (que hoje vêm regredindo e sendo incorporadas pelo agronegócio). É nas regiões de maior rentabilidade do agronegócio que o trabalho escravo existe (região Oeste da Bahia, Sul do Pará e do Maranhão, região de Ribeirão Preto em São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul...” – é importante lembrar que temos a apuração por parte da Comissão de Direito Humanos desta Casa, Dom Murilo, da denúncia de trabalho escravo no Extremo Sul, na monocultura do eucalipto e na monocultura da cana-de-açúcar.

“Essa rendição ao agronegócio, submetendo a lógica da dignidade humana, nós não podemos conceber que ela aconteça. E por dever de ofício, padre Severino, tenho que dizer que deputados nesta Casa, infelizmente, foram financiados pelo agronegócio, e não digo em nenhum segredo, porque as doações, hoje, são públicas. Portanto, quem recebe dinheiro para fazer campanha do agronegócio naturalmente poucas condições terá de enfrentá-lo quando ele assume o papel do senhor da casa grande e escraviza os trabalhadores.

A obscena concentração de terra no Brasil, o poder do agronegócio com suas relações institucionais e articulação financeira com o grande capital internacional e a inexistência até hoje de uma reforma agrária pra valer no Brasil, que extirpe a miséria rural e permita que as populações tradicionais, quilombolas, agricultores familiares e pequenos produtores se libertem do jugo do poder político e econômico que domina o campo brasileiro, e ainda, infelizmente, o torna colônia, são as causas fundamentais do trabalho escravo”.

Não posso deixar de registrar o papel de Dom Itamar Vian na diocese de Barra,

no passado. Eu tive a oportunidade de visitar agora uma organização que tem, inclusive, o nome dele, e que, à época, ainda diante do desejo de manter-se na terra, diante de uma brutal e criminosa liminar de reintegração de posse, Dom Itamar foi à defesa dos pequenos, e diante da possível prisão aos pequenos que ali ocupavam ele disse que se houvesse, ele seria um primeiro a ser. E iniciou daí o processo que levou à legalização dessa terra para os pequenos agricultores familiares.

E não posso deixar de registrar aqui, Dom Luiz, também a sua ação em defesa desses pequenos. Nós tivemos, recentemente, em Xique-Xique, um caso semelhante, onde os sem-teto ocuparam uma terra, dita essa, Dom Murilo, que era terra do filho do prefeito da cidade, do então prefeito que perdeu a eleição, e Dom Luiz sabe do que eu estou dizendo, e o juiz deu reintegração de posse a alguém que não conseguiu comprovar a posse.

Portanto, é lamentável, Dr. Luiz, que, ainda, magistrados não consigam perceber que a Justiça, ela, verdadeiramente, tem que fazer jus ao nome. Certamente faria tremer, e faz tremer no túmulo o saudoso Rui Barbosa, quando falava da lentidão ou da ausência da Justiça em defesa, verdadeiramente, daquele que tanto necessita.

(Lê) “A escravidão urbana no Brasil sempre esteve ligada à exploração sexual comercial de mulheres e especialmente crianças e adolescentes. Esta faceta trágica e cruel da realidade brasileira é bem conhecida por todos e é uma chaga aberta no corpo do país, mesmo reconhecendo o grande esforço da nossa sociedade em combatê-la.

Um aspecto mais recente da escravidão urbana no Brasil é o trabalho forçado e insalubre aos quais cada vez mais imigrantes ilegais vêm sendo submetidos. Bolivianos, Haitianos e outros irmãos da América Latina, bem como Africanos e Asiáticos (Chineses, Coreanos etc), são traficados para trabalhar em fábricas clandestinas (em geral na área de tecelagem, confecções, vestuário etc.), principalmente em São Paulo, mas também em Minas e nos estados do Sul.

Gostaria de apresentar alguns dados que constam no primeiro relatório com a consolidação das informações existentes sobre o Tráfico de Pessoas no Brasil elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Entre 2005 e 2011 a Polícia Federal (PF) registrou 157 inquéritos por tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, enquanto que o Poder Judiciário, segundo o Conselho Nacional de Justiça, teve 91 processos distribuídos.

Os números ainda revelam que foram instaurados no total 514 inquéritos pela Polícia Federal entre 2005 e 2011, dos quais 13 de tráfico interno de pessoas e 344 de trabalho escravo.

Quanto a prisões e indiciamentos, no período entre 2005 e 2011, a Polícia Federal indiciou 381 suspeitos por tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. Desse total, 158 foram presos. Ou seja, menos da metade dos crimes levou à punição dos criminosos. O relatório aponta ainda uma dificuldade em reunir provas do crime, o que dificulta a punição. O registro do tráfico também é dificultado pela própria legislação penal, que é inadequada, pois prevê somente o tráfico para fins de exploração sexual, deixando à margem do sistema outras modalidades como o tráfico para fins de remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo e o tráfico para fins de

trabalho escravo.

No contexto do tráfico interno de pessoas para exploração sexual foram 31 indiciados pela PF e 117 presos, entre 2005 e 2010. Neste, caso o número de presos foi maior que o de indiciados, o que pode demonstrar que há um intervalo entre o indiciamento e a condenação, muitas vezes não existente.

Segundo relatório do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) da Polícia Militar houve 1.735 vítimas de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual, entre 2006 e 2011. Embora os dados de vítimas de tráfico interno sejam maiores que os de tráfico internacional, não é possível apontar que haja mais ocorrências de um do que o de outro.

O estudo aponta ainda que a maior incidência do tráfico internacional de brasileiros ou brasileiras é para fins de exploração sexual. De 475 vítimas identificadas pelo Ministério das Relações Exteriores, entre os anos de 2005 e 2011 em seus consulados e embaixadas, 337 sofreram exploração sexual e 135 foram submetidas a trabalho escravo. Os países onde mais brasileiras e brasileiras vítimas de tráfico de pessoas foram encontradas foram em ordem o Suriname (que funciona como rota para a Holanda), com 133 vítimas, seguido da Suíça com 127, da Espanha com 104 e da Holanda com 71 traficados.

Esses dados do primeiro relatório com a consolidação das informações existentes sobre o Tráfico de Pessoas no Brasil são um avanço importante no diagnóstico do problema no país e deve ajudar a Sociedade e o Estado brasileiros a combater o tráfico de pessoas para quaisquer fins.

Tímidas ações governamentais estão sendo construídas para combater estes crimes, precisamos como cidadãos brasileiros ajudar na ampliação de políticas públicas para o combate a esta violação e uma das ações mais importante que podemos realizar é a denúncia. O importante que cada um de nós sempre vive e muitas vezes o oculta por medo ou indiferença. Disque 100 é uma ferramenta importantíssima para defesa dos direitos humanos e para a prisão de criminosos ligados ao tráfico de pessoas e a exploração sexual de meninos e meninas no nosso país. Há um esforço para a consolidação de uma rede com núcleos e postos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. São 16 núcleos e 12 postos avançados de atendimento humanizado ao migrante. Permanentemente esta rede se reúne para propor instrumentos e aprimorar o atendimento às vítimas, discutir estratégias de prevenção conjuntas e fortalecer a cooperação com os sistemas de justiça e segurança para a repressão ao crime.

Em janeiro realizou-se a primeira reunião do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e Pessoas (Conatrap), que vai buscar aprimorar as políticas de Estado, receber sugestões e enraizar a atuação da sociedade sobre o tráfico de pessoas. O comitê é considerado a instância maior de debate da política nacional de combate ao crime.

Em fevereiro, o governo federal lançou o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para integrar e fortalecer as políticas públicas na área, assim como as redes de atendimento e organizações para prestação de serviços. As metas são estipuladas até 2016. A Campanha Coração Azul é uma das ações mais importantes da iniciativa.

Para finalizar quero destacar aqui a adoção ilegal que envolve crianças.

Segundo entidades não governamentais que trabalham a questão, as redes internacionais de tráfico movimentam crianças no mundo todo. Somente na década de 80, quase 20 mil crianças brasileiras foram enviadas ao exterior para adoção, sendo que a situação de muitas permanece uma incógnita, por conta exatamente da tentativa de omitir esse crime.

Vale ressaltar o caso da adoção e volto aqui a lembrar, Dr Lemos, de cinco crianças de uma mesma família, residentes no município de Monte Santo na Bahia, as quais foram retiradas do convívio com a mãe, Sra. Silvânia Maria da Silva e encaminhadas para adoção por diferentes famílias no Estado de São Paulo.

Muitas foram às violações dos direitos humanos dessa família, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência lançou uma nota técnica em 18.10.2012, apontando todas as irregularidades dessa ação. Inclusive apontando a atuação dos agentes envolvidos como contrária aos direitos das crianças em diversos aspectos...”

É importante aqui registrar que o CEDECA teve uma ação extremamente importante. Lembro ainda, Dr. Luís, quando Valdemar e o nosso companheiro Edmundo, do CECA, procuraram-nos para colocar as evidências daquele crime, ainda sem nenhuma notoriedade pública, ainda sem manifestações de programas de rede, como veio acontecer depois. E iniciamos a partir dali, uma articulação dos segmentos em defesa da vida. E volto, aqui, a lembrar um papel extremamente relevante, Dr. Luiz Cappio, que o senhor teve naquele momento. Poucos conhecem a sua atuação em defesa dos direitos humanos, poucos, certamente, dos que estão aqui, mas muitos no universo do nosso País. Mas não sabem que naquele momento, além do senhor ter enfrentado aquela brutal violação dos direitos humanos teve a coragem de enfrentar o tráfico de pessoas, trazendo, portanto, testemunhas que tinham vivido coisas semelhantes. Assim, todas as instituições brasileiras, todos aqueles que militam nos direitos humanos podem, com essa articulação, enfrentar esse crime brutal.

Naquele momento, o CNJ também com uma ação importante, fez a devida investigação. Sinto-me aqui no dever de ofício, Dom Luís Cappio, diante do Dr. Luiz Roberto Cappio, de dizer que foi iniciada uma campanha tentando difamar o Dr. Luiz e também a mim. Nós tiramos foto, ele, eu e a mãe das crianças, essa foto foi colocada na internet e a legenda dizia: “Esses bandidos um dia estarão na página policial.” Referindo-se à nossa atuação. Eram famílias de São Paulo indignadas com o retorno das crianças às suas origens.

O que é lamentável, Dom Murilo, é que não estamos diante de duas famílias que disputam em nome do amor. Não estamos. Estamos diante de uma disputa onde uma família assim, diante da pobreza monetária, não abre mão da riqueza da constituição de uma família. E as outras, que se diziam tão solidárias, as famílias de São Paulo, num gesto, Diácono Itamar, revelou isso com muita evidência. As crianças saíram de uma cidade muito pobre, de uma família pobre, em Monte Santo, interior da Bahia, e foram para famílias de classe média e média alta. Começaram a viver um outro mundo. E estou falando de recém-nascido e crianças de poucos anos de vida experimentando um mundo diferente. E ao retornarem, as famílias de São Paulo os devolveram sem mandar nenhuma roupa que tinham comprado durante esse período. Não mandaram um brinquedo. Mas devolveram as crianças com a roupa do corpo e uma caixa de chocolate Kopenhagen. Exatamente para dizer: aqui vocês teriam os

melhores chocolates do mundo, lá vocês não terão nada. Essas famílias ricas se esqueceram de que lá eles terão o lugar mais seguro do mundo: o peito da mãe e o colo do pai. Que pena que alguns não enxergam isso como a maior riqueza, o valor da família e a presença daqueles que te deram o direito de sobreviver.

Portanto, essa demonstração capitalista e cruel das famílias de São Paulo envergonha o processo que levou, Dr. Luís, o senhor a fazer justiça. Parabéns, mais uma vez! Até hoje sofremos por conta desses crimes com essa campanha difamatória. Mas, permita-me Dom Murilo, podemos ainda dizer que enquanto formos perseguidos em nome da justiça, não teremos nenhum problema. O problema será quando esses começarem a nos elogiar. Isso não é problema para nós. E é nesse sentido que reitero o compromisso dos nossos mandatos com o povo baiano, de garantir os direitos, em especial os direitos humanos, lutando contra as desigualdades sociais, propondo leis que defendam os interesses do coletivo. A pobreza não tira o direito de ser cidadão.

Por isso quero encerrar esse discurso homenageando alguém que tem mostrado muita sabedoria e humildade na condução da nossa Igreja. Queria dizer que o Papa Francisco é um presente de Deus para a nossa Igreja. É um presente de Deus, ousou dizer como católico, para a humanidade. Porque alguém que consegue perceber ... (palmas) ... que consegue dizer e sobretudo viver o poder a serviço da vida. Acho que tivemos há um pouco mais de um ano, uma demonstração do nosso Papa emérito que certamente marcou a humanidade pós-moderna.

Brigar pelo poder tem muito de humano. Abandonar o poder tem muito de divino. Chegar a ser papa, líder da Igreja Católica no mundo, abdicar desse direito e se entregar a oração em defesa do ser humano possibilitando assim o advento do nosso novo Papa Francisco, é uma atitude de extrema generosidade. Conhecer Jesus Cristo como Bento XVI, certamente, poucos seres humanos conhecem. E o nosso Papa, sem dúvida, tem dado uma demonstração, volto a dizer por ousadia, não só aos católicos, mas a todos os seres humanos neste planeta, que o poder deve ser, de fato, para servir em defesa da vida.

Estive com o Padre Severino, na paróquia São Daniel Comboni, no sábado passado, lembrando o falecimento do nosso saudoso Padre Franco Pellegrini, mas lembrando também o assassinato brutal de Dom Óscar Romero. E, em determinados momentos em que alguns achavam que Dom Óscar Romero não tinha coragem de enfrentar a ditadura, Dom Luiz, os índios diziam que ele tinha coração de coelho, porque não tinha coragem. Mas os índios disseram que Dom Óscar Romero tinha coração de leão ao assumir a dedicação em defesa da vida e o combate à ditadura naquele momento em seu país. Então são esses corações de leão que queremos homenagear nesse dia de combate ao tráfico de seres humanos.

E houve alguém muito especial que passou entre nós e disse: Ninguém é suficientemente perfeito que não possa aprender com o outro. E ninguém é totalmente destituído de valores que não possa ensinar algo a seu irmão. Quem disse isso foi o xará do nosso Papa, São Francisco de Assis (Palmas).

Portanto, que a justiça e a solidariedade se sobreponha, de uma vez por todas, ao mercado. E que a pátria que pariu tanta injustiça, porque a pátria somos todos nós, seja capaz de resolver os problemas sociais deste país.

Parabéns e muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Antes de devolver a direção dos trabalhos para o deputado Yulo, autor desta sessão, que fez esse belo pronunciamento, quero registrar a presença da deputada Neusa Cadore que é a relatora da CPI do Tráfico de Pessoas e convidá-la para ficar aqui representando a nossa CPI porque eu vou ter que me retirar agora.

Estou devolvendo a direção desta sessão ao autor da mesma que é o nosso querido deputado Yulo. Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento. Quero pedir a V.Ex^a só mais um minutinho para pedir às autoridades políticas e religiosas que estão nesta sessão a solidariedade ao juiz Dr. Luís Cappio. Fico emocionada, inclusive, Dr. Cappio, porque a injustiça e a perseguição que V.Ex^a está sofrendo hoje são equivocadas. E esta Casa, esta CPI, esta sessão, precisam ser solidárias ao senhor pela sua coragem em ter devolvido aquelas crianças para a Silvânia, porque a pobreza não é sinônimo para se roubar, ou sequestrar, o filho de ninguém. (Palmas.)

Então a nossa solidariedade ao Dr. Cappio, juiz de Direito, que está hoje sendo perseguido, ameaçado, inclusive, de ser aposentado como uma pessoa doente mental, gente.

Temos, deputado Yulo, que tomar uma providência contra isso. Temos que escandalizar esse absurdo e dar toda nossa solidariedade ao Dr. Luís Cappio.

Queria então convidar a deputada Neusa para ocupar o espaço aqui da CPI do Tráfico de Pessoas, porque estou-me retirando para outro compromisso.

E quero dizer mais uma vez: parabéns, deputado Yulo, V.Ex^a foi brilhante! Parabéns, Dr. Murilo pelo fato de a Igreja ter essa lucidez de colocar esse tema na ordem do dia, porque por ser um crime silencioso as pessoas, às vezes, não acreditam.

Bom-dia para todos. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- A deputada Luiza Maia preside a Comissão Parlamentar de Inquérito criada nesta Casa para investigar a existência do tráfico de pessoas. Sou membro titular e ela preside a comissão. Portanto, minha presidenta, muito obrigado pela sua presença.

Chamo, portanto, a deputada Neusa, que é relatora da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Gostaria de chamar, ainda, para compor a Mesa, o superintendente de Direitos Humanos, Ailton Ferreira, representando o secretário de Justiça, Dr. Almiro Sena, lembrando a importância de Ailton, militante na luta dos direitos humanos em nossa cidade, em nosso Estado; o Reverendíssimo Sr. Coordenador da Pastoral da Saúde, o nosso querido amigo, meu orientador espiritual, padre Jorge, que faz um trabalho profético em defesa da saúde, peregrinando nos hospitais e nas vielas da nossa cidade. Convido, também, para compor a Mesa, a representante do projeto Força Feminina Pastoral das Mulheres Marginalizadas, Rosilene Silva Ferreira; o representante da RCC, Renovação Carismática Católica, o nosso companheiro Agnaldo Borges.

Agora, convido a todos para assistirem uma apresentação do Grupo Ágape, que recitará poesias. É um grupo de jovens, adolescentes, da paróquia São Daniel Comboni.

(Apresentação do Grupo Ágape.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Quero agradecer ao grupo Ágape, da Paróquia São Daniel Comboni.

Dom Murilo, esses jovens da Paróquia São Daniel Comboni têm transformado dificuldade em resistência; tristeza em alegria; com muita capacidade de compreender o Evangelho vivo na realidade concreta da sociedade de um bairro popular de Salvador. Jovens talentosos que têm dado demonstração do talento que têm.

Pena que, neste momento, temos que enfrentar a tentativa de alguns de reduzir a maioria penal. O grupo Ágape tem sido uma trincheira importante em defesa da nossa juventude. Vocês estão dizendo, com muita evidência, que a juventude precisa de oportunidade e não de castigo, como alguns desejam.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido para fazer uso da palavra o nosso Valdemar Oliveira, coordenador do Cedeca.

O Sr. VALDEMAR OLIVEIRA:- Bom-dia a todos e a todas que estão aqui.

Quero saudar o nosso companheiro, parceiro de longas datas, que tem caminhado lado a lado com o Cedeca ao longo desses anos, deputado Yulo Oiticica, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa.

Quero fazer referência, embora já ausente, à deputada Luiza Maia, que foi uma grata revelação para nós, do Cedeca, colocando-se ao nosso lado, formando parceria com o deputado Yulo Oiticica em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Reverencio, aqui, a sabedoria e a sensibilidade da CNBB em escolher esse tema tão importante para que seja objeto de discussão e reflexão ao longo deste ano. Acho, D. Murilo, que a escolha desse tema por parte da CNBB – que fica, de certa forma, meio obscurecido pela importância que a mídia dá a outros temas –, é algo muito significativo.

Lamento a ausência aqui dos nossos queridos deputados e deputadas. Numa sessão desta envergadura, com a abordagem de um tema como esse, era preciso que a maioria desta Casa aqui se fizesse presente. (Palmas.)

Não vou entrar com dados. Acho que no seu brilhante discurso o companheiro Yulo Oiticica já abordou e informou vocês sobre isso. Acrescento apenas que numa discussão, há 3, 4 anos aqui, numa das sessões desta Casa, ouvi de uma alta autoridade portuguesa uma informação que me deixou perplexo: a grande maioria das prostitutas que atuam em Portugal é brasileira. Isso foi dito por uma alta autoridade portuguesa, não foi por alguém de pouca importância. Isso diz bem o significado do tráfico.

Acho que nós, deputado Yulo Oiticica, precisamos cobrar mais dos nossos governos políticas públicas para o enfrentamento dessa questão aqui, em nosso País.

Temos um núcleo, localizado no Pelourinho, mas que tem pouca divulgação. É preciso que seja dada divulgação para que a população de Salvador, e da Bahia, saiba que existe um núcleo de enfrentamento ao tráfico naquele local. Acho que mais de 90% da população da Bahia não sabe que existe um núcleo naquele local.

Então, além da existência, precária ainda, é preciso que seja dada divulgação porque, sem divulgação, de nada adianta.

Precisamos também, está proposto, a criação, algo importante, de um posto avançado no aeroporto, porta de entrada e saída. É importante que tenhamos um

posto avançado desta luta no próprio aeroporto, coisa que já havia sido pensada há uns 3 anos, e até agora não se efetivou. Isso diz bem que precisamos dar uns beliscões em nosso governo. Falo do governo federal, que também é responsável por isso, e o nosso governo estadual.

Quero dizer, para não me estender, que temos o tráfico no nosso Estado. Além do tráfico internacional, que já foi objeto de discussão por parte de Yulo, temos o tráfico interno dessas meninas que saem das grandes cidades, de Salvador, e vão para o interior do Estado. Lá, dizem que vão educar, que vão dar escola às meninas, principalmente, de 13, 14, 15 anos, conseguem autorização dos pais para trazê-las para Salvador ou para as grandes cidades. Aqui chegando, a realidade é outra, se tornam escravas, empregadas domésticas, e, além disso, se tornam também vítimas da violência sexual.

Esse tipo de tráfico, que se dá em mais larga escala, precisa também ser combatido. Acho que a nossa Polícia Rodoviária Federal e Estadual tem papel importante nisso. É preciso que essas duas polícias tenham ações, mas não ações pontuais, esporádicas, aqui e ali, que identificam pontos de tráfico. É preciso ter ações permanentes, vistoriando esses caminhões quando transportando, muitas vezes, essas meninas; esses automóveis. Os conselhos tutelares também têm papel importante, verificando essas meninas que estão saindo desses lares pobres com 14, 15 anos, para virem para as grandes cidades. Isso é necessário.

Quero aproveitar para falar sobre o Cedeca. Yulo Oiticica já foi muito benevolente, bondoso, fazendo elogios até excessivos ao Cedeca, mas, quero dizer que além do enfrentamento aos homicídios vitimando crianças e adolescentes... Aliás fazendo justiça, Yulo, atendendo uma solicitação do Cedeca, criou, nesta Casa, com o apoio, evidentemente, de todos os deputados, o dia estadual de combate aos homicídios e à impunidade. Esse é o grande mal, a grande chaga do nosso Estado e do nosso País que precisamos combater. (palmas) Mas o Cedeca se preocupa também com a questão da violência sexual. Yulo e outros deputados que acompanham o nosso trabalho sabem o quanto temos nos devotado a essa questão. Cada vez mais temos nos empenhado, cada vez mais temos estímulo. O Cedeca já atendeu centenas de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e continua atendendo, prestando assistência psico-social e jurídica inteiramente gratuita para essas vítimas.

Anteontem, passando na Misericórdia, em direção à Praça da Sé, fui abordado por uma senhora de aproximadamente 60 anos, cabelos grisalhos, que disse: “o senhor pode me dar um tempinho para me ouvir?” Eu disse: claro. “Vejo muito o senhor na TV e ficava pedindo a Deus para ter uma oportunidade de lhe encontrar para dizer que continue com seu trabalho. Sou uma das vítimas. Sofri essa violência quando criança, e até hoje sinto o cheiro do pênis do meu violentador no meu nariz, até hoje!” Perguntei: a senhora tinha que idade? Ela tinha 7 anos de idade. Quem a violentou? “Um tio meu.” Isso nos estimula a continuar nesta luta, antes de tudo, em defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas também no enfrentamento à violência sexual que vitima crianças e adolescentes, que precisamos combater com denodo. Contamos com o apoio do governo do Estado, representado, principalmente, pela Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza, que tem prestado parte do apoio financeiro para que o Cedeca continue funcionando.

Quero, mais uma vez, louvar a iniciativa de Yulo Oiticica e dos seus

companheiros; louvar a CNBB na escolha desse tema tão importante e pedir a todos vocês, companheiros e companheiras, amigos e amigas, o empenho e que não fiquem calados, não se omitam e não sejam coniventes com qualquer tipo de violência que veja ou que sinta vitimando crianças e adolescentes. Denunciem! Está aí o Disque 100.

Muito obrigado, bom-dia e bom trabalho. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigado, Dr. Valdemar.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido para fazer uso da palavra o Sr. Ailton Ferreira, superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Registro as presenças da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora; dos funcionários e funcionárias da Fundac; da Paróquia Nossa Senhora da Paz; de Jaciara Costa, subcoordenadora da Proteção, representando o secretário municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Maurício Trindade; da Comunidade de Aparecida; da Comunidade de São Marcos; do Diácono Carlos Augusto, da Paróquia São Francisco de Assis, de Auto de Coutos; da Escola Municipal Jesus de Nazaré; da Paróquia Sagrada Família, de Itapuã; do Colégio Antônio Vieira; da Fundação José Silveira; do Projeto Bombeiros Mirins – Anjos Vermelhos; do Retiro São Francisco; do nosso companheiro Tibério, representante da Gocil na Bahia; do Dr. César Ulisses, defensor público; da TLC; do Diácono Itamar, coordenador dos diáconos da Diocese de Salvador; da Pastoral da Criança; da Pastoral da Saúde; da GDHS; da RCC; da Paróquia Santa Mônica; da Paróquia São Paulo Missionário, de Cajazeiras; do companheiro e amigo, Padre Severino Perini, padre comboniano; das índias da comunidade Pataxó, de coroa vermelha; da Paróquia São João Batista, da Vasco da Gama; da Paróquia Nossa Senhora do Resgate, do bairro do Resgate; da Paróquia São Pedro; de Mateus Reis, vereador de Lauro de Freitas; dos estudantes da Faculdade Estácio de Sá; da Irmã Letícia, das Irmãs Mercedárias; e do Diácono Aderbal Galvão, da Paróquia de São Pedro.

Obrigado, Ailton.

O Sr. AILTON FERREIRA:- Obrigado, deputado Yulo Oiticica. Quero cumprimentar V.Ex^a. Fazendo isso, cumprimento todos os participantes, as Sr^{as}. Deputadas e os representantes da Mesa.

Quero fazer um agradecimento especial a Dom Murilo, pela recepção na audiência que tivemos com ele na Cúria Metropolitana no Garcia, quando fomos procurá-lo para nos inteirar da proposta da Campanha da Fraternidade de 2014 e colocar a nossa expertise, a nossa equipe à disposição. Tivemos ali um acolhimento muito generoso de Dom Murilo e depois participamos da formação no Colégio Salete, deputado Yulo Oiticica, onde havia mais de 500 lideranças das paróquias e das foranias da cidade do Salvador, participando desse momento importante de fortalecimento da militância católica nos bairros para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Trago para V.Ex^a o cumprimento do secretário Almiro Sena. Estávamos em rotas opostas. Eu estava indo para o Centro de Convenções e Cajazeiras, e ele estava vindo para cá, mas eu tive de voltar, porque ele foi para o Centro de Convenções, e eu

vim para cá. Estou muito feliz em participar desta sessão, porque a nossa Superintendência tem, dentre outras tarefas, a tarefa de cuidar do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nós temos uma equipe, ainda é uma equipe reduzida, de psicólogos, advogados, assistentes sociais e estagiários que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas. É um núcleo subordinado à Superintendência de Direitos Humanos, que nós dirigimos dentro da Secretaria de Justiça, localizado no Pelourinho, no Centro Histórico, pertinho da Casa do Olodum, que faz essa tarefa. O núcleo recebe as reclamações, as denúncias, acompanha as vítimas, dá o acontecimento psicológico e jurídico.

Temos casos recentes de duas mulheres que estão sendo acompanhadas por nós. Fazemos o trabalho de divulgação, palestras nas escolas, orientação nos centros urbanos. Acompanhamos o caso das jovens que foram vítimas da banda New Hit. Na verdade, eu nem chamo de banda. Para mim, é um bando, porque quem faz música, quem faz arte. Artista não estupra e não se comporta daquela forma.

A mídia também deve ter cuidado com algumas coisas, pois os homens que cometeram aquele crime não são artistas sensíveis e nem seres especiais. Os artistas são seres especiais, mas aqueles são homens mal formados, mal orientados, bandidos que violentaram aquelas jovens.

As garotas, que eram as vítimas, ficaram escondidas, sendo prejudicadas em seu cotidiano, uma vez que ficaram sem ir à escola, escondidas pelo aparelho do Estado. E mais do que isso, sofrendo bullying e ameaças públicas.

Vimos na Cidade de Itaberaba jovens, estimulados pelos produtores desse grupo New Hit, que distribuíram pela cidade camisetas, panfletos, lanches, DVDs, CDs para que a garotada, de forma inadvertida, os aplaudisse, comparecesse ao show e fossem para o Fórum onde estava acontecendo o julgamento. Tivemos que fazer um esforço enorme com a prefeitura local para tirar a juventude da praça, porque os marginais viraram atração, estimulados pelos produtores e por agentes da indústria cultural, que usa o poder, a grana, o dinheiro para corromper a nossa juventude.

Essa juventude – como bem colocou aqui o deputado Yulo em seu discurso que, aliás, foi uma aula importante para todos nós – formada por jovens mulheres, em sua maioria, que não têm uma família estruturada, com uma renda muito baixa, escolaridade incompleta ou baixa escolaridade, são vítimas de promessas de agentes que atuam de forma organizada internacionalmente. Eles vão para portas de academias e escolas fazer ofertas de vantagens rápidas para uma juventude que é bombardeada, D. Murilo, cotidianamente pela mídia, que diz que para ser feliz é preciso ter o melhor celular, o melhor tablet, o tênis ou a calça jeans mais cara. É esse o enfrentamento que fazemos.

Concordo com o meu amigo Valdemar Oliveira quando ele fala da timidez da ação estatal. Realmente, ainda existe uma timidez. É somente o início de uma tarefa que precisamos cumprir de forma mais plena. O núcleo ainda é pouco conhecido. Precisamos visitar mais o núcleo, conhecer mais suas ações e as ações da Secretaria da Justiça no que tange o enfrentamento ao tráfico de pessoas, e conhecer essa proposta revolucionária da Igreja neste ano de 2014.

Peço o apoio do deputado Yulo Oiticica na negociação com a Infraero para a implantação do nosso escritório – um escritório de ponta, como temos no Rio de

Janeiro – no Aeroporto Dois de Julho. A negociação já estava bem avançada, tínhamos o espaço físico organizado, mas, de repente, houve alguma mudança na estrutura da Infraero e uma série de entraves burocráticos fizeram com que o nosso posto não fosse inaugurado.

Fizemos toda a negociação para inaugurarmos no final do ano um ponto de apoio no porto de Salvador e outro na estação rodoviária. Mas, infelizmente, não conseguimos efetivar isso. Aproveito a presença do coronel para falar que precisamos, nesses pontos de apoio, da ajuda da Polícia Militar.

Quero encerrar parabenizando o deputado, cumprimentando essa Mesa muito valorosa, como também a todos os presentes a esta sessão. E agradeço à Igreja Católica pelo apoio nessa tarefa, que não pode ser apenas do Estado, até porque é uma situação muito complicada.

Outro dia eu dei uma entrevista na Rádio Excelsior e ao sair da emissora chamaram a minha atenção: “Cuidado você está mexendo com o tráfico de pessoas. É muito dinheiro envolvido, e uma hora dessa o pneu de seu carro pode furar de repente e você morrer na pista.”

Então, é algo muito delicado e devemos ter cuidado. Mas nem tudo está perdido!

Quero concluir com uma saudação especial, deputado Yulo.

E, Valdemar, nós, que somos da Fazenda Grande do Retiro, estive esta semana no Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual Sussuarana - CAP/DV, e tenho participado de algumas atividades em Sussuarana. Quero chamar a atenção de todos vocês que estão aqui e que atuam no movimento social: algo de revolucionário está para acontecer a partir da Sussuarana.

Tenho visto poucos bairros com essa influência, poder, essa força e capacidade de organização gerada a partir da Igreja Católica. É algo revolucionário e muito importante.

E eu digo: pena que esses programas do meio-dia não aparecem por lá, e não estiveram lá domingo para registrar o que de bom a comunidade faz. Quando tem um corpo no chão, eles aparecem para filmar (Palmas) e dizer que os bairros periféricos, como Sussuarana, Fazenda Grande, só têm marginal, coisa ruim, que é pior lugar do mundo para se viver. Mas quando tem ações positivas eles não aparecem para filmar.

Estou muito feliz de estar muito próximo da Sussuarana e sentindo uma vontade danada de aprender mais, porque, infelizmente, em alguns bairros de Salvador a gente está perdendo esta capacidade de organização, de indignação e de traduzir a fé da palavra na fé concreta do fazer concreto.

Então, parabéns para você, parabéns deputado e muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido para fazer uso da palavra Rosilene Silva Pereira, da Pastoral da Mulher Marginalizada.

Registro a presença aqui dos alunos de Vida Nova, Escola Municipal de Lauro de Freitas, que fazem parte do Programa Visita à Assembleia Legislativa. Sejam bem-vindos.

Registro também a presença de Edmar Nogueira, assessor do vereador Gilmar

Santiago; de Paulinho, da Comunidade Fonte do Capim, em San Martín; de José Raimundo, Coordenador do CSU de Mussurunga.

Com a palavra a Sr^a Rosilene Silva.

A Sr^a ROSILENE SILVA PEREIRA:- Bom-dia a todos.

Gostaria de saudar a Mesa. Somos da Força Feminina, fazemos parte da Pastoral da Mulher. Estamos localizadas no Pelourinho, no Centro Histórico, e trabalhamos com mulheres em situação de prostituição. Atendemos ali a todas as mulheres que se façam presentes. Trabalhamos, também, junto com a Arquidiocese, temos parceria com o Chame - Centro Humanitário de Apoio à Mulher e com a Rede Grito pela Vida, e fazemos parte também do Núcleo, acompanhamos as mulheres que estão ali.

O nosso trabalho na campanha é informativo, levamos informações a essas mulheres que estão ali, participando da prostituição. O nosso trabalho não é só falar para elas do perigo do tráfico, pois sabemos que também existe a migração. As mulheres têm migrado em torno, agora, da Copa. Sabemos que vão chegar muitas mulheres ao Centro Histórico para esse trabalho de prostituição. Sabemos que ali existe o alistamento, pessoas alistando mulheres e crianças, e outros tipos de pessoas, para este trabalho escravo.

Então, o nosso trabalho é informativo junto a essas mulheres na situação de prostituição.

Quero agradecer pela oportunidade de estar aqui e representar não só a nossa Pastoral, como a Força Feminina. E estamos juntas nesse trabalho.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido Agnaldo Borges, coordenador da Renovação Carismática.

O Sr. AGNALDO BORGES:- Bom-dia a todos, bom-dia a todas as autoridades civis, militares e religiosas.

O deputado Yulo falava para nós de tudo aquilo que vivenciamos com o tráfico humano. Fiquei um pouco triste com as pessoas que adotaram essas crianças, porque também sou de São Paulo. Mas em todos os lugares há pessoas boas e ruins, pessoas que buscam o bem e pessoas que também buscam os seus interesses pessoais.

Estou vivendo na Bahia, em especial em Lauro de Freitas, e acolho o nosso vereador Mateus Reis, que faz parte da cidade onde moro, e fico feliz por estar aqui nesta Casa, nesta sessão especial.

Como o irmão falava no início que gostaria que mais deputados estivessem aqui presentes, eu digo que a Renovação Carismática Católica, a qual estou responsável em Salvador, está também unida com essas atitudes em prol da vida. Digo que cada pessoa na sua realidade, naquilo que representa, faz a sua parte, e que possamos caminhar juntos. É bom criar as leis, é bom criar situações repreensivas, mas também, eu como representante da Renovação Carismática Católica, à qual sou engajado há uns 19 anos, muitas pessoas que conhecem a Renovação falam que é um povo que ora. É um povo que ora mas também que age.

Sempre digo, este ano principalmente, que estamos vivendo um tema nacional que é o tema da unidade, da comunhão. Mas viver a unidade depende de cada um de

nós, depende de darmos passos concretos, fazer a nossa parte, não somente falar, mas agir, cada um na sua realidade, mas juntos.

Fala-se muito da globalização no mundo em prol de uma economia de interesses financeiros. Por que não fazer uma globalização em prol da vida, em prol de algo bem melhor? E digo também, irmãos, que nós da Renovação Carismática Católica procuramos não somente rezar, mas principalmente, porque quanto mais corações forem alcançados pelo amor de Deus, menos coisas teremos como essa de pessoas que usam dos seus interesses para traficar pessoas, para extrair órgãos para o seu benefício.

Claro que não estou falando aqui que não criem as leis, que não combatam, deve-se combater, sim. Mas também devemos nos unir buscando uma conversão, buscando a Deus, buscando, através da oração, tocar no coração das pessoas.

No mês passado, dia 16 de fevereiro, tivemos próximo a este local um encontro que se chamou: Quero orar. Encontro que acontece faz 11 anos na nossa diocese, conduzido pela Renovação Carismática Católica.

Este ano, sentimos no coração que devíamos estar aqui, não somente por estarmos aqui neste ambiente, muitos falavam: o que vocês vão fazer lá num fim de semana, num domingo, que não tem ninguém naquele local.

Sabemos que aqui está o centro de poder do nosso Estado que funciona, geralmente, de segunda a sexta. Mas estávamos aqui por algo maior, por um direcionamento espiritual; estávamos aqui para rezar por todos desta Casa, deste centro onde acontecem as leis do nosso Estado, onde trabalham as pessoas, os funcionários públicos, mas também para orar por todo o nosso Estado; para buscar, em unidade espiritual, tocar no coração das pessoas. Porque, irmãos, eu digo: por mais que se combata, por mais que se criem leis, por mais que se criem prisões, será pouco para tantas pessoas que muitas vezes buscam fazer o errado. Precisamos combater, mas precisamos muito mais tocar o coração das pessoas, trazer essas pessoas para esta realidade que Deus nos chama a viver: amar uns aos outros como eu vos amo.

Então, não adianta, estamos na Quaresma, próximo à Semana Santa, e chegarmos ao Cristo crucificado, alguém que deu a vida pela salvação da humanidade, muitos se comovem, mas não é só se comover, irmãos. É preciso enxergar no Cristo aquilo que Ele fez por nós, e daí buscar uma conversão. Buscar, viver uma vida diferente, melhor. Tratar o ser humano como alguém melhor, seja ele de que classe social for – do menor ao mais importante deste mundo. E o nosso irmão falava da pessoa do Papa Francisco. Um grande exemplo, o líder da Igreja Católica que dá exemplo a cada um de nós de como conduzir nossas vidas.

Agradeço essa oportunidade. A Renovação Carismática Católica está unida a todos aqueles que buscam o bem maior do ser humano, o bem maior da comunidade.

Muito obrigado a todos e um bom-dia (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Agnaldo.

Convido para fazer uso da palavra o juiz de direito Dr. Luiz Roberto Cappio (Palmas.)

O Sr. LUIZ ROBERTO CAPPIO:- Muito bom-dia a todos. Eu sou titular da

Vara Crime e da Infância e Juventude na Comarca de Euclides da Cunha. Meu nome é Luiz Roberto Cappio Guedes Pereira e eu início aplaudindo, literalmente de pé, essa iniciativa, deputado Yulo, que reflete bem não só o trabalho mas a alma de V.Ex^a. E só poderia ser um cristão de ação, como V.Ex^a tem demonstrado ser por tantos anos para convocar o povo e a sociedade, autoridades, para iniciarmos, eu diria, uma discussão que demanda dias de palestras, de fóruns, tratativas e encaminhamentos.

Então, a V.Ex^a o meu aplauso especial, minha admiração profunda. O senhor é, portanto, uma raridade entre os políticos brasileiros (Palmas). E, é claro, dom Murilo, representante da CNBB e da Igreja Católica no mundo, porque a Igreja é una. E eu, da mesma forma, gostaria de agradecer imensamente a presença de V. Revm^a, porque, tal como o deputado Yulo, no seu eixo de trabalho, na sua missão de deputado cristão, V. Revm^a aqui presente engrandece a Igreja e aponta para todos nós, melhor dizendo reafirma a grandeza, a divindade da nossa Igreja católica no mundo (Palmas.)

Dom Luiz Flávio Cappio, meu tio, meu paradigma, homem e ser humano modelo durante todo o intercurso da minha breve vida. Com o senhor eu não só aprendi mas preciso aprender muito. E, por isso, quero me aproximar cada vez mais do senhor. Eu tenho uma família maravilhosa, estruturada, de pessoas do bem, mas o meu tio Dom Luiz Flávio nos coloca mais próximos da verdade, a única verdade, nos coloca mais próximos de Deus encarnado em Jesus (Palmas.) Porque não é o que Dom Luiz diz, prega, é especialmente o que ele faz minuto a minuto na vida, desde os 16, 17 anos, quando decidiu se ordenar. É isso que faz de Dom Luiz um referencial e um canal para o divino, para a verdade.

Coronel, muito prazer em conhecê-lo, e só pela presença de V.Ex^a entre nós já alcançou em mim a admiração e o interesse em tê-lo como amigo sobretudo. Dr^a Regina Machado, a conheci há pouco, mas já a admiro, e o envolvimento da doutora, advogada, militante, não só no Brasil mas no exterior, como exemplo Portugal, tem experiência de sobra nesse tema. Na Europa, especialmente, trabalhou quase que voluntariamente, foi pioneira, praticamente, no atendimento a esses seres humanos traficados. Foi a mão derradeira de socorro num primeiro momento e depois se empenhou em assistir juridicamente a essas pessoas e agora está aqui presente entre nós, com uma vontade enorme de trabalhar na CPI que foi instaurada nesta Casa, um interesse e uma abnegação transcendente para fazer dessa CPI algo produtivo e algo que interessa, de fato, à sociedade brasileira. Meus parabéns! (Palmas.)

Aos demais, deputada, que acabei de conhecê-la, estendo a minha saudação a todos os componentes da Mesa, especialmente aos senhores presentes, não importando se agentes públicos, se particulares, classe social, nível de instrução, de onde vieram e para onde vão. Decidiram vir para ouvir e presenciar os discursos e os pensamentos a respeito desse tema, que, para mim, é o mais importante da atualidade. O mais importante tema da atualidade não é a Copa, não é a Petrobras, não é o ano eleitoral, não é a sucessão presidencial. O tema mais importante da atualidade é a proteção àqueles oprimidos, àqueles que não têm voz..

Em diferentes contextos, estamos aqui tratando de um gravíssimo, que é aquele que causa a opressão maior naquele que é vulnerável e não tem voz: a eliminação total da sua liberdade, da sua dignidade e uma despersonificação da criatura vítima de tráfico humano. Isto é muito sério e, portanto, é um tema maravilhosamente... Digo maravilhosamente porque é coisa de Deus relacionada, imbricada com a igreja, com a

missão da igreja no mundo. O que D. Murilo faz aqui, a presença iluminada dele e de todos os agentes integrantes da Igreja Católica, o que isso representa é a mensagem de Deus encarnado em Jesus de que os homens nasceram livres e precisam permanecer libertos com vida, e vida em abundância. Mas o tráfico de seres humanos vai de encontro a esse valor, um dos principais, um dos mais importantes, um valor estrutural e essencial da igreja, a missão e a mensagem de Jesus.

Ouvi alguns números sobre tráfico ditos inicialmente por V.Ex^a e, é óbvio, extraídos de documentos oficiais expedidos e da lavra de Comissões reconhecidas e habilitadas para proclamá-los no mundo, mas desafio qualquer autoridade no Brasil e no mundo a confirmar esses dados. Eles não são superestimados. Pelo contrário. São subestimados, ou seja, refletem uma realidade absolutamente fantasiosa. E não estou sendo arrogante, pedante, mas sim realista. Não estou fazendo política! E por quê? Porque ninguém conhece realmente o movimento criminoso do tráfico de seres humanos no mundo mais do que as vítimas, e nós não as conhecemos porque elas mesmas se escondem.

Nenhuma autoridade tem noção precisa nem próxima da dimensão de como funciona, quem são os seus autores, coautores, coniventes, quem lava as mãos, quem poderia fazer algo e as lava no enfrentamento, na prevenção, na repressão. Quem conhece essa realidade criminosa? Ninguém. Quem disser que conhece pode até ser uma autoridade no assunto, mas não conhece.

Inclusive mantenho o desafio que fiz, porque agora é que estamos tomando conhecimento do tráfico humano, pelo menos no Brasil. Estou falando de um conhecimento que não é só público, é oficial, de Estado. E só agora estamos tomando ciência do que pode ser este início, porque nem, no Brasil, crime é. Sabem os senhores que o direito reflete aqueles anseios mais urgentes, prementes e essenciais da sociedade. O direito ouve a sociedade.

E a legislação brasileira é tão medíocre a respeito que comprova o que acabei de dizer. A legislação brasileira não trata do tráfico de pessoas, porque o Estado brasileiro não conhece o tráfico de pessoas e está começando a conhecê-lo agora.

Meus caros, as resistências, as oposições e os boicotes já começaram, repito, já começaram. Bem, isso não aconteceu ainda, lá, no primeiro plano do governo Federal, nem agora, muito menos, no segundo plano. Desde que isso começou a ser discutido em uma Assembleia como esta daqui, de forma séria, fundamentada, sem meios-termos, porque a proteção da criança, da mulher e do ser humano oprimidos não admite meios-termos.

Eu falo com esta energia, porque esta energia responde em proporção à relevância do tema. Este é um tema em que nós, aqui, não podemos tratar de forma amena e de forma tolerante. Xô temperança! Xô meios-termos e tapinhas nas costas! Xô política! Não!

Então, como eu dizia, os senhores decidiram vir e os deputados estaduais não!

O que isso significa? Significa que os deputados estaduais têm inúmeros compromissos. Sem dúvida! Quem ousaria a negar isso? Nem eu, agora, negaria. Mas isso comprova que o Estado brasileiro, em quaisquer das suas instâncias, ainda não avocou para si a responsabilidade constitucional de enfrentar o tráfico humano.

É disto que se trata. Vejam, se os nobres deputados, a exemplo dos deputados que aqui estão e especialmente o deputado Yulo Oiticica, estivessem presentes,

demonstrariam, no mínimo, um interesse em conhecer, porque não conhecem também.

Claramente, aqui ninguém vai conhecer a fundo o tema, nem eu. Fiquem tranquilos. Vou discorrer a respeito, mesmo porque não sou expertise. Sou só um juiz de direito que quando denunciei a possibilidade de que não só a Bahia mas todo o Estado brasileiro estava tomado pelo tráfico, especialmente, de crianças e mulheres, fui afastado das minhas funções imediatamente.

E, contra mim, foi instaurado um incidente de insanidade mental. Dizem os meus acusadores – autoridades públicas constituídas tanto do Ministério Público como do Judiciário da Bahia e alguns membros da OAB da Bahia, ou seja, da administração da Justiça baiana – que veem insanidade em mim.

Ora, o que é isto, senhores? O que isto comprova? Comprova o que eu, mais uma vez, vou repetir, melhor, nós estamos iniciando uma batalha feroz, porque louco, eu não sou; muito pelo contrário, ressalvo, muito pelo contrário.

Esses processos e esses procedimentos, sob os cuidados do Tribunal de Justiça da Bahia, estes, sim, são o retrato da loucura! (Palmas, muitas palmas.) Estes, sim, representam o descuido do Estado brasileiro para as questões que interessam à sociedade.

Eu denunciei o tráfico. Acusam-me de não trabalhar! Acusam-me de ser descortês, porque eu falo desse jeito; porque eu, juiz de direito, me mostro desta forma, com estas palavras, olho no olho, dizendo o que precisa ser dito para além de códigos e da legislação, como bem disse e colocou o ilustre deputado Yulo.

Não é esta a magistratura do futuro. Não é.

É preciso assegurar, Dom Murilo – já vai uma proposta muito humilde e modesta –, que a CNBB continue este trabalho, na execução desses eixos relevantíssimos de ações e de trabalho pastoral e nesse intercâmbio, de cambiagem com o Estado brasileiro. É importante a CNBB ressaltar o papel decisivo, eu diria, dos juízes brasileiros no enfrentamento do tráfico de pessoas.

E isto, Dom Murilo, passa pela necessidade de não só estruturar a logística, os recursos humanos e materiais como também colocá-los à disposição do juiz de primeira instância e daquele que está na ponta do Judiciário. Não. Não basta isso! Eu sou a prova viva disso!

É preciso garantir independência aos juízes. As prerrogativas da magistratura precisam ser asseguradas para que o juiz possa, então, cumprir, também, a missão de proteção integral e absoluta, por exemplo, da criança traficada. Eu, meus caros, denunciei! E tive as minhas prerrogativas, a minha dignidade e a minha honra estraçalhada.

E, depois de mim, não me lembro de outro juiz ter tido a ousadia de publicar esses fatos escandalosos como eu fiz. Por que será?

É preciso, então, juntamente com a CNBB, que a magistratura nacional avoque, para si, esta responsabilidade de assegurar, em toda e qualquer unidade judiciária deste País, o necessário respeito às prerrogativas do magistrado ético, do magistrado trabalhador, do magistrado ativista que se preocupa não só em aplicar o direito mas, sobretudo, em fazer justiça.

Vamos colocar, na pauta do dia, este tema central das nossas preocupações. Vamos usar a mídia. Vamos convocar as autoridades constituídas a agirem com

efetividade. Menos discurso e mais ação.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Dr. Luiz Roberto Cappio.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido, então, os próximos oradores para fazerem uma breve saudação, tendo em vista que ouviremos o nosso querido D. Murilo Krieger.

Portanto, convido, agora, o padre Jorge Brito. (Palmas.)

(Apresentação musical.)

“Eu vim para que todos tenham vida,

Que todos tenham vida plenamente.

Onde está o teu irmão, eu estou presente nele.

Eu vim para que todos tenham vida,

Que todos tenham vida plenamente.”

O Sr. PADRE JORGE BRITO:- Essa pergunta dessa música: Onde está o teu irmão? Eu estou presente nele, é um dos textos bíblicos que fundamentam a nossa Campanha da Fraternidade 2014. O primeiro da Carta aos Gálatas, que é o manifesto da liberdade cristã. Deveríamos todos ler com afincos esta Carta de Paulo para a comunidade dos Gálatas, para que a gente entenda a liberdade, a responsabilidade, a força desta palavra.

Então, saúdo com alegria o nosso querido Yulo. Vou dispensar o pronome de tratamento oficial de uma assembleia como esta.

Saúdo D. Murilo, nosso arcebispo, e também D. Luiz Cappio e o juiz com o nome bem parecido. Dois homens com grande senso de justiça com nomes muito semelhantes, isso é louvável. De D. Luiz Cappio nós não precisamos dizer muita coisa, é o tipo de homem que a gente só fica olhando, contemplando. Ele é grande. (Palmas.)

Saúdo os demais membros da Mesa, e quero saudar com muita alegria a nossa irmã, Rosilene, que é da comunidade da luta das mulheres em situação de prostituição. (Palmas.)

Se há mulher prostituída é porque a sociedade prostitui. No dia em que tivermos políticas sérias para essas mulheres eu acredito que elas saem dessa condição. Muitas vezes a gente condena as que estão na orla e esquece que se há mulheres prostituídas e menores abandonados a sociedade tem grande culpa.

Queridos irmãos e irmãs, o tema é tráfico humano, e a gente falou aqui... Yulo discursou muito bem, eu estava ouvindo, e Yulo discursou muito bem. Todos falaram sobre esse tráfico, falamos sobre o externo, das pessoas que saem do País. Mas, doutor, existe uma forma legal de levar nossas mulheres para fora. Muitos estrangeiros vêm aqui e fazem o casamento civil, e o casamento civil lá fora legítima que elas fiquem lá. Muitas vezes chegam lá e são prostituídas. Para sua permanência, casam civilmente e ficam. Ou, então, vêm aqui, armam um casamento e as levam. Essa é uma realidade que está aí.

Mas existe também, em decorrência da Copa, um tráfico sutil que está acontecendo. E aproveito a presença da Prefeitura Municipal aqui. Nós queremos,

enquanto igreja e sociedade civil, saber o que é que vai ser feito com o nosso povo de rua, que está sendo traficada do seu habitat, porque no dia a dia, esse povo vive na rua e agora, na Copa, será confinado, institucionalizado em lugares pequenos para limpar a cidade para a Copa. (Palmas.)

Com isso a gente tem que ter cuidado. Deputado Yulo, os mendigos de Pau da Lima vivem na rua 24 horas e agora já tem lá um antigo Motel que foi alugado e colocada a placa institucionalização da população de rua. E eu, como um dos que está na Comissão de combate à tuberculose, estou preocupado, porque o confinamento dessa população de rua num lugar deste, a gente vai ter problema com a tuberculose. Porque a população de rua é multirresistente. Então, temos que ter muito cuidado com isso. Temos que ter uma equipe muito segura nessa situação.

Quando a esta questão dos transplantes, somos parceiros também com Dr. Eraldo na luta com a Igreja quando lançou esta campanha, a partir da morte do diácono Sérgio e fizemos uma campanha forte para que todos nós cristãos e católicos possamos ser doadores. É um ato de amor doar os órgãos para quem precisa.

Mas não podemos esquecer que a Senhora Antonieta, que mora embaixo da casa de minha irmã foi fazer uma cirurgia para correção de catarata e voltou sem as córneas. Isso também é uma realidade que a gente tem que falar e denunciar e nosso povo pobre já não denuncia porque tem medo. Não confia, doutor, na justiça e sabe que o pobre passa por suas dificuldades.

O medo ainda faz com que o nosso povo não denuncie as atrocidades que lhe fazem. Também digo que participei do encontro das sedes que tinha como tema, este ano, Profecia nas Cidades. Profecia se faz de 3 formas: anunciar Cristo, denunciar as injustiças e dar esperança ao povo. Uma profecia que só diz que Jesus é bom e salva ela é incompleta. É preciso dizer ao mundo que Jesus é bom, que salva, que sofre e que é traficada.

Enquanto a gente ficar com esse discurso só de que Jesus é bom e salva, e não dissermos que ele está sofrendo e está sendo traficada, fica uma profecia incompleta. É preciso anunciar o Cristo, denunciar as coisas que estão aí e dar esperança do nosso povo. (Palmas.)

O turismo é outro problema. Eu tive oportunidade de falar, também, sobre a questão do turismo no encontro inter-religioso no final do ano. E eu dizia que quando estive com alguns jovens de Salvador indo para um grande evento mundial que foi a jornada de 2000, tivemos que passar pelo Aeroporto de Paris, o Charles de Gaulle, e quando chegamos lá, a Polícia Federal que estava acolhendo a gente e fazendo todo o traslado para a Bélgica, quando passamos por lá, o policial olhou para as meninas que estavam comigo do Brasil, lambeu os beijos e disse: “Hum, brasileiras.”

Eu lhe respondi à altura e confesso, Yulo, que não fui mais grosso com a polícia porque disse: “Yulo não está aqui para me mandar advogado”. Porque eu lhe digo. É difícil. Mas, em parte nós temos culpa, porque a imagem do Brasil que passa lá fora é que o nosso futebol é bom, e o nosso clima e samba são excelentes e mais gostosas são as nossas mulheres. Essa é a imagem que passa lá fora no exterior, e é por isso que nossos irmãos estrangeiros vêm para cá atrás das brasileiras. E outros casos, também, que a gente não vale a pena nem citar.

Não vou me alongar, vou terminar logo antes que esta buzina toque. Aqui diz e gosto muito quando leio o Evangelho, e no final do Evangelho Jesus diz e os anjos

anunciaram no nascimento de Jesus: “Paz na Terra aos homens de boa vontade.”

Eu digo a vocês sinceramente, quando a gente vê essa realidade da Copa do Mundo, só há uma ideia na cabeça: quando há boa vontade faz-se muita coisa. Sonho o dia em que todos aqueles que ocupam cargos políticos neste País terão mais do que interesse pelo dinheiro, mas terão verdadeiramente vontade de mudar o nosso País. (Palmas) Neste dia as coisas melhorarão. (Palmas.)

É preciso enfrentar essa situação. Mexer nessas coisas não é muito fácil. Quando se fala de medo, precisamos entender uma coisa. O padre Gisley da Pastoral da Saúde de São Paulo, que foi assassinado, disse, diante dos que o ameaçavam, que podia ser morte morrida ou matada, quando a vida era doada não era morte, era vida. (Palmas.) Então nós, como pastorais sociais e Igreja, nunca poderemos recuar diante das ameaças de morte.

Sou solidário ao Dr. Luís, não é só o senhor que é chamado de louco, que está processado ou passando por situações. Eu também estou respondendo na Justiça Criminal daqui da Bahia, porque um dia, como pastoral de saúde, dei socorro a uma pessoa e fiquei detido no HGE, pela Polícia Militar, que me acusou de desacato à autoridade. Aproveito esse espaço da Casa do Povo para dizer ao Coronel e a todos e registrar nos anais escrito, falado e gravado que a Polícia Militar tem política diferenciada ao abordar um jovem em Pau da Lima e outro na Pituba. (Palmas.) E que a Polícia Militar que está presente nos hospitais entenda que todas as pessoas que ali vão em busca do socorro já estão feridas, com dor. Muitas vezes depois de fazer um turismo em muitos outros hospitais e não encontram atendimento, ficam descompensadas. Que a Polícia que atua nos hospitais seja mais humanizada, mais solidária com os que estão com dor, mais preparada.

Termino dizendo a vocês, diante desta Assembleia Legislativa, que Yulo é mais que um político. É um ministro! A sua política é um ministério. E peço a Deus que todos os que se intitulam católicos, nesta Casa, quando você não mais estiver aqui, mas numa esfera outra, com a nossa força chegaremos lá, mas quero dizer que os que assumem o papel de católicos continuem realizando sessões como esta. É a presença da Igreja, a voz de uma Igreja que o Papa Francisco deseja.

O Papa Francisco também está passando pelas dificuldades dele. Há alguns que estão chamando o Papa de pároco de aldeia. Mas são bobos, esquecem que o mundo globalizado é uma grande aldeia. E feliz de quem tem um pastor como Francisco. (Palmas)

Deus abençoe esse seu Ministério que nós vamos, como Igreja, lutar. Eu tenho até gravado para quem quiser ver, o próprio Papa falando de forma muito concreta da Igreja exercer a sua caridade, inserindo os leigos no mundo político para que uma política cristianizada possa realizar a justiça e aquilo que mais nós desejamos que é que os bens desta terra cheguem a todos.

Então vamos lutar como o nosso Papa quer. E vamos apoiar os nossos cristãos católicos que querem abraçar a política como um ministério. E que Deus abençoe todos que têm essa coragem. Amém! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Obrigado, Padre Jorge. O Padre Jorge sempre é muito tranquilo.

Eu quero pedir desculpas aos próximos oradores. Numa sessão como esta, de fato, tinha que ter um intervalo para o almoço e voltarmos. Mas, infelizmente, temos alguns horários e, entre eles, Dom Murilo tem uma audiência logo após esta sessão. E almoçar é um direito humano fundamental, Dom Murilo, e nós não vamos deixá-lo sem almoçar.

Portanto, eu queria pedir brevidade aos próximos oradores e peço desculpas pela indelicadeza.

Convido o orador Dr. Eraldo Moura, coordenador do Programa Estadual de Transplante da Sesab (Palmas.)

Registro a presença da Secretaria de Habitação de Candeias; do grupo Tortura Nunca Mais; do grupo Amigos de Pessoas com Deficiência, Idosos, Crianças e Adolescentes de Pernambuco; e do Instituto Carango Comunicações.

O Sr. ERALDO MOURA:- Bom-dia a todos.

Quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Yulo que tem desempenhado um papel muito importante com relação à justiça social; a Dom Murilo que tem contribuído muito com a sua vinda para o nosso Estado com a questão social; e a Dom Luiz, acho que ele não se lembra, mas já estive na casa dele e ele é uma pessoa a qual admiramos muito. Na região do Sertão da Bahia, onde há grandes diferenças, não só sociais, mas culturais, onde a saúde e a justiça demoram a chegar, nem sempre dá tempo para chegarem, e as pessoas ficam lá esperando.

Quero parabenizar a CNBB pelo grande tema escolhido e já propor que esse tema não fique apenas na Igreja Católica, mas que ele consiga ir para todas as religiões e todos os segmentos da sociedade. Acho que o fato de a Assembleia Legislativa realizar esta sessão transpassa não só os católicos pela sua importância no Brasil, mas amplia para todos os horizontes da nossa sociedade esse tema de extrema relevância.

Quero parabenizar o juiz Luís Cappio pelo seu pronunciamento e dizer que cada vez mais a nossa sociedade precisa se voltar para os seus problemas e para a responsabilidade que nós, que estamos na gestão, temos com a sociedade. No mais, acho que a população tem um papel importante.

Toda a situação de tráfico começa na formação familiar. Então a família tem um papel fundamental. E quando se fala da família, fala-se no processo de formação, de informação, de apoio para a família com relação não só aos bens essenciais como a saúde e a educação, mas na perspectiva de ter uma vida seguindo o exemplo que Jesus nos deixou.

Então, quero agradecer a todos pelo convite. E nós estamos aqui, porque envolvidos também no tema tráfico de órgãos. Esse é um tema extremamente importante. Nós temos uma cultura que é arraigada não só no nosso Estado, mas nos Estados das regiões Norte e Nordeste; estados que têm menos acesso à educação e à saúde, o que faz com que a grande maioria da nossa população não entenda esse processo.

E só informando a afirmação feita anteriormente, é importante esse esclarecimento para a população quando se diz: foi fazer uma cirurgia de catarata e voltou sem córnea. Provavelmente, teve uma complicação cirúrgica. Eu já conversei com o Padre Jorge, e a gente vai esclarecer. Pode ter havido uma lesão na córnea, não que essa córnea foi retirada para outra pessoa, porque há todo um processo de banco

de olhos, de acompanhamento, de idade, e também, do doador. A cirurgia de cataratas é feita em pacientes mais idosos cujas córneas não são utilizadas para transplante.

Esse processo de esclarecimento é importante, porque, senão, criamos uma situação na sociedade em que ela não doa, porque desconfia que aqueles órgãos são direcionados para os ricos, para quem tem mais poder ou, então, que existe uma máfia de tráfico. O deputado falou muito bem quando citou esse caso de Pernambuco, e o Brasil já entrou na rota mundial do tráfico. Diferente de alguns países da Ásia onde a compra de órgãos existe às vezes até institucionalizada pelo próprio estado, o tráfico tem uma frequência grande sempre dos pobres para os mais ricos. O Brasil tem uma legislação extremamente rigorosa, um processo de inclusão de qualquer cidadão, independente de quem seja. Quando você entra na lista, você passa a ser igual a todos, com critérios bem estabelecidos.

É importante esse trabalho de divulgação para que possamos convencer a nossa população que doando conseguimos ajudar outras pessoas. Quando a pessoa perde a vida, pode ajudar outras pessoas. É um momento importante, Dom Murilo, é um momento em que nós, humanos, conseguimos, após o nosso falecimento, ajudar outras pessoas. Acho que o doador tem um pouco de Jesus, ele consegue, após a sua morte, transformar aqueles órgãos que lhe serviram durante sua existência em ajuda e recuperação de outras pessoas. Não só salvar essas vidas, mas permitir uma qualidade de vida melhor. Vocês não têm noção do sofrimento de quem está numa fila esperando o transplante e que depende da boa vontade de outro.

Então, é fundamental esse esclarecimento à população de um tema extremamente importante. Deixamos uma carta aberta à população não só apoiando, mas esclarecendo a população em relação ao tema. Quero dizer para a sociedade que precisamos, realmente, informar, educar, denunciar, as irregularidades que tenham. Queria agradecer a todos. Espero que essa campanha seja uma motivação não só da sociedade, mas uma motivação política de reforma das nossas leis para a transformação da sociedade numa sociedade mais justa e igualitária para todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - Muito obrigado, Dr. Eraldo.

Convido, representando nossa briosa Polícia Militar, o nosso coronel Santiago para fazer uso da palavra.

Registro a presença de Maria Cristina Guimarães Brito, presidente da Associação Baiana de Ecoterapia, em parceria com a Polícia Militar da Bahia, Esquadrão da Polícia Montada e 19º BC.

O Sr. CORONEL GILSON SANTIAGO:- Boa-tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa na pessoa do deputado Yulo e Dom Murilo Krieger. Como é do estilo e do coração do deputado Yulo, ele foi extremamente generoso em relação a minha pessoa. Embora, verdadeiramente, já estejamos trabalhando nessa militância em direitos humanos há muito tempo, daí nos conhecermos há bastante tempo. Só para fazer um esclarecimento, hoje, presente nesta solenidade, digo que sou um homem muito feliz, porque estamos abrindo as portas da Polícia Militar para um momento novo. E isso para a gente é muito importante. Isso é muito simbólico, muito significativo, porque mostra que estamos procurando contextualizar nossa corporação com aquilo que é

mais legítimo em termos de anseio da sociedade. A minha presença aqui significa isso. O coronel Castro, que é o nosso comandante, sempre pensando nesse sentimento de criar uma instituição moderna, uma instituição voltada principalmente para o respeito aos direitos das pessoas, nunca nos deixa fugir desse embate. Porque entendemos que esse embate é extremamente profícuo para o crescimento da sociedade.

Por isso estou aqui e me coloco à disposição do padre Jorge para conversarmos a respeito do fato concreto e para, a partir disso, aperfeiçoarmos os procedimentos. É esse o compromisso que assumimos aqui agora. (Palmas.)

Dom Luís Cappio, nós temos uma admiração muito grande pela pessoa do senhor, pelo trabalho e pela sua defesa em favor do rio São Francisco que eu, particularmente, tanto amo, porque estive tantos anos trabalhando na região do São Francisco. Então, a minha admiração não é só pelo seu trabalho, mas pela pessoa que o senhor é. É aquilo que seu sobrinho disse: “pelo exemplo que o senhor passa no dia a dia”.

Receba a nossa solidariedade, Dr. Luís Roberto, pelo empenho e pelo sofrimento do senhor. Isso tudo tem de ser trazido para a realidade da nossa Igreja Católica e da Bíblia, para lembrarmos o quanto Jesus Cristo sofreu para estarmos aqui hoje. E, ainda assim, estamos sofrendo, porque não aprendemos essa lição.

Entendo ser preciso carregar a nossa cruz. Fraquejamos, porque somos humanos. Mas que tenhamos a força e, acima de tudo, a fé para nos levantar e carregar o madeiro e seguirmos adiante, porque, senão, não conseguiremos nunca.

Está escrito. Todos vocês sabem e, com certeza, mais do que eu. Não basta orar. É preciso vigiar também para que possamos garantir a essas pessoas traficadas o direito – como eu dizia a Dom Luís Cappio antes desta sessão – de sonhar.

Ao permitirmos que este tipo de crime aconteça – e acontece uma boa parte dele em virtude do enfraquecimento da família –, essas pessoas perdem o direito ao sonho. E quando o ser humano perde direito de sonhar, não se reconhece mais inclusive como ser humano. É preciso lembrarmos disso na hora de fazermos o nosso trabalho.

Por outro lado, este é um momento de enriquecimento também. Estamos preocupados em levar, para a nossa instituição, a preocupação com um tema tão relevante como este. O deputado Yulo Oiticica citou que, em termos econômico e de visibilidade, o tráfico de seres humanos é o terceiro crime de gravidade no mundo. Entendo que, em termos de dignidade, é o pior de todos.

Precisamos chamar a atenção e abordar isso.

Eu tenho uma preocupação, deputado Yulo, porque foi dito aqui que V.Ex^a é uma raridade.

Precisamos despersonalizar os direitos humanos. Precisamos fazer com que os direitos humanos sejam conhecidos e reconhecidos em sua amplitude e praticados.

Ouçó, muitas vezes, em minha militância: “Mas os direitos humanos não me apoiam.” Bem, diz-se isso como se os direitos humanos, doutor, fosse uma entidade que está aí para ajudar as pessoas.

É preciso reconhecermos isso. É preciso nós nos debruçarmos sobre essas questões para que possamos fazer com que os direitos humanos concretizem-se na sua amplitude, conforme falamos.

Quero parabenizá-lo!

Ontem, eu estava com o deputado Yulo Oiticica em uma audiência pública, na Defensoria Pública, que tratava da população que vive nas ruas, pois tal tema é minha preocupação. Coloquei, nas mãos do deputado Yulo Oiticica, mais uma indicação e mais uma sugestão para que ele consiga protocolar uma audiência pública para tratar deste tema.

Como vocês veem, parece que, sempre, sou eu. E é sobre isso que eu estou dizendo: vamos despersonalizar o tema direitos humanos para que isso passe a ser uma prática da sociedade e não, exclusivamente, de uma pessoa tampouco de uma única instituição.

Um abraço.

Boa-tarde para todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Cel. Santiago.

Registro a presença de Alan Capistrano Souza, diretor jovem da Comunidade Coupem de Cajazeiras.

Convido a Dr^a Regina Machado para fazer uso da palavra.

A Sr^a REGINA MACHADO:- Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Yulo Oiticica e os demais, na pessoa de Dom Murilo Krieger.

Sempre digo que estou do outro lado da janela, porque trabalho com a vítima. Há 15 anos, deputado, não se falava no Brasil em tráfico de pessoas. Falava-se em prostitutas que iam lá para fora. Quando comecei a trabalhar na Europa com o meu escritório próprio, eu atendia imigrantes. O meu primeiro contato era com os imigrantes, imigrantes irregulares. E fui notando que foram aparecendo pessoas brasileiras que fugiam do tráfico de pessoas, fugiam de cativos, fugiam de boates, às vezes fugiam de um algoz só, porque a prostituição ou o abuso sexual ou mesmo o trabalho escravo não estão somente na boate ou na casa de prostituição. Aí comecei a atender essas pessoas, primeiro porque eram brasileiras como eu. Segundo, porque elas não tinham apoio nenhum.

Acreditem vocês que o quadro não mudou em nada nestes 15 anos. O consulado brasileiro em qualquer lugar do mundo continua não dando assistência nenhuma a essas pessoas. Quando elas chegam à porta do consulado, para vocês terem uma ideia, chegam sem documentos, amedrontadas, sem ter onde ficar, isso quando elas conseguem uma fuga correta, reta. Mas, quando alguém chega lá, o consulado pergunta à pessoa se ela tem documento. “Não, eu estava não sei onde.” “Então você vai para a polícia, não é aqui o lugar. E dá licença, que já estamos fechando.” É assim!

E aí temos de dar muito valor às ONG's, tanto de trabalhos mundiais quanto da missão de Cáritas, assim como as ligadas à religião também. Elas muitas vezes levam para abrigos essas mulheres e lá as amparam, ouvem e levam para nós. Eu digo nós porque hoje, inclusive lá em Portugal, onde tenho escritório, já temos mais colegas atendendo mulheres traficadas. E já conseguimos nestes últimos 15 anos repatriar muitas pessoas. Infelizmente, quando elas chegam aqui, ainda temos um segundo trabalho: o de ampará-las.

Lamentavelmente, os governos federal, estaduais e municipais não criam programas de amparo às vítimas. Fala-se muito de enfrentamento ao tráfico. Vítima não quer enfrentar ninguém. Até acho que a palavra enfrentamento é uma palavra infeliz nessa história toda. Desculpem-me vocês, mas é o meu modo de ver, eu que lido com a vítima. Porque enfrentamento dá para ela uma sensação de luta, de guerra, de morte, de arma! E ela já passou por muita coisa, ela não quer mais enfrentar nada. Ela quer justiça, ela quer amparo, ela quer retomar a vida dela. Ela não quer mudar de cidade, ela não quer mudar a cor do cabelo, ela não quer mudar de nome. Ela quer reaver a vida dela. Aí, quando ela chega ao Brasil... E não falo particularmente da Bahia. Sou paulista, moro em Salvador faz 15 anos. E essa não é uma prerrogativa da Bahia. Isso acontece de modo geral, no Brasil todo. Pois é, retomando, quando chega aqui a este País, a vítima não tem amparo. Porque, se ela chega à Polícia Federal, vou dar um exemplo a vocês, é com uma série de documentos estrangeiros, às vezes até mesmo uma queixa que ela registrou na polícia estrangeira.

A nossa PF não tem um programa de tradução gratuita. E a tradução, para se fazer valer no Judiciário, tem de ser juramentada. Está aqui o meritíssimo juiz, que conhece bem isso. Então a vítima, quando chega a uma delegacia federal com a documentação numa linguagem estrangeira, o funcionário diz “A senhora vai traduzir isso. Depois a senhora volta aqui.” Ela não vai; ela não vai!

O núcleo de enfrentamento ao tráfico, acho que ele precisa aprimorar. Acho que precisa ser um núcleo de amparo à vítima. A vítima não vai chegar lá para denunciar ninguém se ela não tiver um amparo, porque, hoje, o que nós temos; o que nós vemos, e os relatos que ouço nos meus escritórios é que a vítima não passa de uma isca. Uma isca para se buscar o traficante. Imaginem! O traficante que está lá em seu país, tranquilo e resguardado. Nós precisamos acabar com o aliciador. Esse está aqui. Esse está, aqui, do lado da vítima. Esse, nós precisamos pegar, precisamos prender, coronel. Esse, nós precisamos tirar da rua, porque a matéria-prima do traficante é o aliciador. E se nós tirarmos o aliciador da rua, tiramos dele a vítima.

Não é possível que eu receba em meu escritório dezenas de denúncias. Enquanto coordenadora da CPI do tráfico de pessoas desta Casa, recebi denúncias aqui dentro desta Casa. Como é que o núcleo de enfrentamento ao tráfico não tem conhecimento? Eu tenho. Como é que eles não têm? Como é que a Polícia Federal vem e diz que não há inquérito, porque não há denúncia. Mas quando chego na Polícia Federal com uma vítima, o delegado diz: “Oh! Doutora, um momento, vamos sentar, vamos fazer a queixa.” Por que ela precisa ir comigo ou com qualquer colega?

Eu quero fazer um pedido ao representante da Superintendência de Direitos Humanos que precisamos aprimorar esses trabalhos, desenvolver programas direcionados à vítima. As mulheres, os homens, os homossexuais estão dispostos a falar, a orientar. Mas nós precisamos ter programas para isso. Campanhas! Campanhas de informação. Um informativo que diga como identificar um aliciador, porque nós que temos festas com grande população, como o carnaval, não vimos nenhum balão escrito “Não ao tráfico de pessoas.” Então temos a obrigação de olhar. Um olhar firme, com foco, fé para essas vítimas, se queremos, de fato, erradicar o tráfico de pessoas.

Muito obrigada.

Espero contar com todos. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Dr. Regina.

Convido para fazer uso da palavra o nosso querido Dom Luiz Cappio.

O Sr. DOM LUIZ CAPPIO:- Meus queridos, minha queridas, não vou fazer discurso. Já tivemos discursos maravilhosos.

Neste momento, quero convidar todos vocês para fazermos uma oração.

Quero diante da imagem do Senhor Jesus crucificado, ali, evocar as mães e os pais daquelas crianças que lhes foram roubadas. Essas lágrimas não se enxugam. Quero evocar aqueles meninos e aquelas meninas que são obrigados a entregar o seu corpo a quem eles não desejam sendo vilipendiados em sua dignidade humana.

Quero evocar, diante do Senhor Jesus crucificado, aqueles nossos irmãos e nossas irmãs que, neste exato momento, estão nos corredores da morte e morreram para que seus órgãos sejam vendidos.

Quero, diante do Senhor Jesus morto e ressuscitado, lembrar todos os homens e mulheres, cujo trabalho deveria ser o sinal da sua grandeza de homens e de mulheres diante de Deus e da humanidade, mas a sua força de trabalho tornou-se mercadoria.

“Perdão, Senhor Jesus!

Olhai, Senhor Jesus, por estes nossos irmãos, por estas nossas irmãs e por todos nós.

Amém!” (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, Dom Luís.

Convido o nosso arcebispo Dom Murilo Krieger para fazer uso da palavra. (Palmas.)

O Sr. MURILO KRIEGER:- Na pessoa do deputado Yulo Oiticica e na pessoa do meu irmão Dom Luís Cappio, saúdo todos vocês.

Não vou falar aquilo que havia preparado devido ao adiantado da hora.

Quero resumir o que falaria em três pensamentos.

O primeiro, no Evangelho de Mateus, capítulo 25, Jesus antecipa o julgamento final. Claro! Ele falou de problemas de sua época. A colocação Dele deve ser atualizada ao longo dos tempos. Hoje, Jesus – e nós podemos fazê-lo – acrescentaria: “Eu fui vítima de tráfico e você me estendeu a mão.” Então, somos convidados a estender a mão a todos aqueles irmãozinhos e irmãzinhas que, sozinhos, não sairão da situação em que vivem.

O segundo pensamento é o desafio de todos nós em relação ao problema tráfico humano. O problema do tráfico humano é do Estado, dos políticos, da polícia, do Legislativo, da Igreja, da sociedade. Ninguém pode dizer: “O problema não é meu. O problema é daquela lá!” Este é um problema de todos nós.

O terceiro pensamento: não há soluções feitas para resolvermos este problema. Há a necessidade da busca de solução com duas coisas, quais sejam, criatividade de cada um de nós e amor.

Por tudo isso, eu cumprimento o deputado Yulo Oiticica pela iniciativa desta sessão especial.

Tenho certeza de que, em sessões especiais como esta, muita coisa bonita e muita coisa eficaz podem nascer.

Que Deus nos abençoe! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Quero convidar todos a ficarem de pé.

Gostaria de dizer que a Comissão Parlamentar de Inquérito está em curso nesta Casa. Portanto estamos, inteiramente, à disposição para realizar audiências públicas, inclusive, externas e para receber todas as denúncias e proposições na perspectiva do enfrentamento de tráfico de pessoas em nosso estado.

Quero propor, aqui, como fruto desta sessão especial, uma Moção de Aplausos pelo extraordinário trabalho do nosso querido Dr. Luís Roberto, magistrado que tanto contribuiu, contribui e tem a contribuir para o Judiciário brasileiro e para a defesa dos direitos humanos. (Muitas palmas calorosas.)

Quero dizer que os loucos acreditam na ressurreição. Os loucos acreditam na conversão. Os loucos continuam acreditando que um outro mundo é possível. Os loucos têm convicção de que este mundo possível só será real se tivermos a capacidade de nos juntarmos para construí-lo com solidariedade, com justiça e com cumplicidade em defesa da vida.

Dom Luís Cappio, eu quero dizer que, neste momento, estará entrando, em nosso meio, não a imagem do crucificado, mas a imagem do ressuscitado, porque os loucos continuam tendo esta convicção. E esta imagem é um presente desta sessão especial de todos nós para o Memorial dos Mártires.

Lembramos, agora, o golpe militar sofrido pelo Brasil em 1964 e sua seguida ditadura militar. O senhor foi o protagonista central na construção daquele memorial. Agora, poderá receber a imagem do crucificado para que tenhamos certeza de que, inclusive, aqueles que deram a vida em defesa da vida continuam vivos no meio de nós.

Quero pedir para cantarmos, mais uma vez, “Prova de Amor maior não há”. Esta é uma música do compositor Reginaldo Veloso, feita durante a ditadura militar, diante do sequestro, tortura e assassinato de um líder do nosso saudoso e querido Dom Hélder Câmara.

(Procede-se à apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Enfim, um dia, quando construirmos um mundo de paz, solidariedade e justiça, o mundo saberá que os loucos estavam certos.

Quero pedir a Dom Murilo para concluir esta nossa sessão especial ao dar uma bênção especial.

O Sr. Murilo Krieger:- Abençoarei a presença de Deus sobre uma pessoa, sobre uma realidade. Que esta sua bênção nos ilumine a encontrar soluções adequadas para os graves desafios que o nosso País enfrenta. (Palmas)

O Senhor esteja convosco.

Plateia:- Ele está no meio de nós.

O Sr. Murilo Krieger:- Abençoe-vos o Deus Todo-poderoso, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Plenário: Amém!

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Vão em paz e que Deus nos acompanhe!

(Palmas.)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*